

# O ATO DE NOMEAR- DA CONSTRUÇÃO DE CATEGORIAS DE GÊNERO ATÉ A ABJEÇÃO

Thami Amarílis Straiotto Moreira (UFG)  
[thaminha.ufg@gmail.com](mailto:thaminha.ufg@gmail.com)

## 1. *Sobre nomear*

A nomeação é uma das questões centrais quando o assunto é a relação entre linguagem e realidade. Em geral, a relação linguagem/realidade é bastante complexa por si só. A nomeação é apenas uma das funções da linguagem que tem um papel muito importante, pois os significados dos nomes organizam e classificam as formas de perceber a realidade, além de estarem ligados diretamente com uma cultura ou comunidade.

Um nome não é uma palavra aleatória ou qualquer. Ele sempre quer dizer alguma coisa e sua relação com a significação é complexa. Dizer isso significa que a questão dos nomes e seus significados sempre geraram muita polêmica e inquietação. As propriedades de um nome nem sempre estão postas às claras, o que geralmente cria muita discórdia entre os filósofos e linguistas. Quando pensamos em *nome* e no que ele significa logo nos vem à cabeça alguma designação. Como se um *nome* servisse para designar as coisas, pessoas, lugares, etc. Enfim, como se ele servisse para especificar algo que é nomeado. Especificar ou designar algo quer dizer separar alguma coisa para lhe dar destaque. Para lhe conferir uma “certa” exclusividade de tratamento, quero dizer, para se referir a algo sem recorrer a alguma interferência que um objeto pode ter em outro.

### 1.1. Platão e o nome

O nome sempre suscitou uma questão ontológica, quer dizer, uma questão de existência. Nomear era considerado como pressupor a existência de algo. Essa noção surgiu com Platão (2001). Ao analisar a relação dos nomes com o estado de coisas no mundo, ele formula o problema ontológico dos nomes: se há um nome é porque há o que é nomeado. É possível falar significativamente de coisas que não existem? E se não existem, fala-se então do nada, um não-ser?

Para Platão (2001), nada pode ser afirmado com sentido acerca do nada, do não ser, pois sobre o não ser não há significado. Então, nada se poderia falar sobre ele com sentido porque ele não faz parte da realidade.

Usar um nome é como um compromisso que se estabelece. Um compromisso de que aquilo existe na realidade sendo, portanto, verdade. Platão (2001) trata, no diálogo estabelecido entre Sócrates e Hermógenes, a questão da nomeação de maneira essencialista. Hermógenes não acredita que os nomes possuem uma motivação e, portanto, esse nome é arbitrário. Para ele, a justeza dos nomes não se baseia em outra coisa senão uma convenção ou um acordo. Os nomes obedecem à lei do costume e do hábito. Então, Hermógenes argumenta que sendo assim é possível mudar o nome das coisas sem que haja prejuízo de acerto.

Sócrates, por sua vez, questiona a convencionalidade dos nomes. Ele questiona primeiramente se a mudança dos nomes é algo que qualquer um possa fazer quando quiser, se essa mudança acontece dessa maneira mesmo tão livre e se ela traz prejuízos. Logo em seguida ele lembra Hermógenes de que é tanto possível dizer um nome verdadeiro quanto um falso. Pode-se tanto dizer a verdade ou mentir ao pronunciar um nome. Quer dizer, posso designar um objeto com um nome falso, que não corresponda ao objeto.

Platão (2001), ao dar voz a Sócrates, instaura a noção de verdade que não se aplicaria apenas aos nomes, mas aos homens e, assim, a todas as coisas e seres do mundo. A verdade seria única, quer dizer que a verdade não depende do juízo de cada um, mas ao mesmo tempo ela não seria semelhante nem simultânea a todos, mesmo sendo única. Assim, a verdade das coisas, voltando aos nomes, existiria por si mesma. Com isso, Platão chega à essência das coisas e seres no mundo. A verdade não depende de cada indivíduo em particular.

O que Platão faz é dar certa autonomia às ações, uma autonomia dependente da verdade, de um modo natural e certo de agir de cada coisa. E não corresponder a esse modo correto de cada coisa, ou seja, à essência de cada ser no mundo significa errar. O erro na nomeação diz respeito a errar quanto à denominação que fazemos através de um nome. Platão quer dizer que nomear é também seguir uma

essência ou verdade, mas que a possibilidade de errar existe, e assim a coisa nomeada ficaria com uma designação falsa.

Para ele, a nomeação é uma função da linguagem, como um instrumento, seguindo o seu próprio exemplo, um furador que utilizamos para perfurar, ou uma lançadeira que usamos para tecer. Assim também o nome é o que usamos para nomear. Nomear é designar alguma coisa e isso, segundo Platão, significa dar informação da coisa designada aos outros. Ou seja, é distinguir uma coisa entre outras conforme suas constituições.

Platão começa a fazer associação entre a nomeação e a identidade. Se nomear é designar algo sobre alguma coisa, e isso é informar e distinguir essa coisa das demais de acordo com as suas próprias características, então nomear é um ato de identidade, que promove a identidade. Nomear separa através da diferenciação uma coisa da outra, separa e difere os seres, estados de coisas. E cria a identidade.

## **1.2. Nome e identidade**

Brah (2006, p. 335), analisando o termo “negro”, mostra que “[q]uando utilizado em relação aos sul-asiáticos o conceito é de fato esvaziado daqueles significados culturais específicos associados com expressões como ‘música negra’”. Ela mostra como o termo “negro” adquire significados diferentes de acordo com o lugar no qual ele é empregado. As palavras e seu uso estão condicionados a regras, como em um jogo, e que são regras estabelecidas mediante um acordo e tidas convencionalmente na língua em uso.

Ampliando essa noção de regras e convenções, é possível visualizar que são as práticas e costumes de cada cultura que regem o uso cotidiano da língua. É a política de cada região, a religião e as classes sociais predominantes, entre outros marcadores, que vão construindo e produzindo costumes e sentidos. No caso que Brah apresenta, o nome “negro” enquadra pessoas diferentes em diferentes lugares, e o motivo da diferença são os marcadores identitários contextualizados que interseccionam as culturas, trazendo novas concepções e vinculando interesses diversos.

Silva (2007, p. 76) afirma que “identidade e diferença partilham uma importante característica: elas são o resultado de atos de criação linguística”. Tratar daquilo que é feito quando se nomeia é ainda realizar um ato de predicação. Ou seja, sempre que nomeamos atribuímos simultaneamente um predicado, um complemento ao nome, uma característica, um adjetivo. E com isso, diferenciamos e identificamos, classificando e separando. A nomeação é, por causa da predicação, um ato que diferencia, sendo também um ato que identifica.

Se o nome é a base para que a identidade surja, é ele quem diferencia as coisas e seres no mundo. A identidade e a diferença, segundo a proposta de Silva (2007), acontecem simultaneamente sendo um produto de um mesmo processo, o da identificação. Por trás de uma identidade existe sempre ao menos uma negação. E a diferença sempre nega várias afirmações. Então, dizer que se é algo ou se identificar sob um nome significa negar e esconder vários outros que de imediato não aparecem. Essa negação e o que está escondido no nome não estão dados junto com o nome. O que aparece de forma explícita no nome é o predicativo ou complemento que o acompanha.

### **1.3. O ato de nomear**

O que o ato de nomear pode querer dizer ou fazer? Ou seja, o que o ato de nomear pode representar? Com a visão performativa da linguagem trazida por Austin (1976), fica mais fácil perceber como a língua opera as identidades. Para Austin, dizer implica fazer. Dizer alguma coisa não significa a simples descrição de algo, ou um relato de um acontecimento, muito menos apenas a declaração de alguma coisa, pois toda declaração em si realiza uma ação. Austin separou dois grupos de sentenças: o constativo e o performativo.

Os performativos seriam as sentenças mascaradas, aquelas que se disfarçam porque parecem desempenhar uma função quando na verdade desempenham outra. Nesse caso, os performativos se disfarçam de sentenças declarativas enquanto que, ao invés de declararem ou descreverem algo, elas fazem. Quer dizer, as sentenças constativas teriam a função de descrever a realidade ou declarar alguma coisa ou fato do mundo, e as performativas realizariam uma ação.

Mas muitas vezes podemos nos enganar se uma sentença é constativa ou performativa, Austin diz que as performativas se camuflam como se fossem constativas, pois não percebemos de pronto que mais que declarar ou descrever o mundo essas sentenças performativas provocam uma ação no mundo. Ao final, ele defende que a dificuldade em separar constativo de performativo acontece porque todas as sentenças são performativas.

Assim, Austin parte para a análise de um ato performativo e o divide em três partes chamadas de locucionário, ilocucionário e perlocucionário. Todas essas partes acontecem juntas, não são separáveis porque elas, juntas, formam o ato de fala. Como locucionário, Austin delimitou a sentença em si, a locução com todos os sons e toda a gramática de uma língua, o enunciado. De ato ilocucionário, ele chamou a ação que a sentença opera, e de perlocucionário as suas consequências ou efeitos.

Dizer que falar implica em fazer é uma maneira de dizer que o ato de fala tem força, senão não realizaria ação. Mas essa força não está na própria palavra em si, está em todo o conjunto que a possibilita existir e ter sentido. Para ter força de realizar a ação que se quer o ato de fala precisa vir acompanhado das convenções que o governam. Austin mostrou que para que uma fala realize uma ação é preciso que convenções sejam respeitadas e seguidas. São as condições que devem ser satisfeitas para que um ato seja realizado de forma feliz, que significa completa. Caso esses procedimentos não sejam satisfeitos teremos um caso de infelicidade, no qual o ato esperado não acontecerá por violação de alguma convenção. Ele separou seis condições, entre as quais as quatro primeiras correspondem a desacertos onde há a tentativa do ato, mas é uma tentativa nula. E os dois últimos Austin considerou como abusos onde o ato é vazio.

Desmistificando as pretensões filosóficas que medem a linguagem nela mesma quanto ao valor de verdade, Austin mostra com sua teoria e principalmente através das infelicidades, que toda a linguagem é uma produção e construção que depende do sujeito. Sujeito e língua aparecem juntos na linguagem. Não é possível separar sujeito e linguagem porque tanto o sujeito quanto a língua operam o mundo. Os dois são considerados agências dentro da visão performa-

tiva porque os dois realizam ações. Isso ressalta a importância do sujeito para a constituição da performatividade do ato de fala.

Quem fala e de onde se fala são questões centrais que revelam os interesses por trás do que é falado. Para a nomeação, é extremamente relevante, uma vez que o ato de nomear é performativo porque pratica uma ação que, segundo as convenções estabelecidas por Austin, precisa preencher todos os requisitos para que seja completa. Vale ressaltar que nesse ato, assim como nos outros, as posições de quem nomeia e do que é nomeado devem ser obedecidas, e essas posições revelam quem tem poder e autoridade para nomear e quem, ou o que, está subordinado a esse poder.

Austin mostra que o poder não se encontra nas próprias palavras porque existe a força ilocucionária que se refere a condições fora da linguagem. Se refere a quem diz e às condições de dizer. E essas condições acabam se tornando fundamentais para mostrar se o ato é legítimo ou não. Como explica Bourdieu (1996, p. 87), “O poder das palavras é apenas o *poder delegado* do porta-voz”. Na verdade, a lógica da linguagem não está nela mesma, mas vem de fora. As manifestações linguísticas obedecem a um poder exterior a ela que é revestido de autoridade (BOURDIEU, 1996, p. 87).

O sujeito pronuncia as palavras, detém o ato de fala. No entanto, ele fala de acordo com o que ele pode falar, manipulando a língua com toda a sua estrutura sintática e semântica de acordo com seu interesse, mascarando suas intenções, disfarçando o seu ato performativo em descrição ou constatação de algo, tirando a autonomia e autoridade que lhe pertence ao manifestar-se linguisticamente, passando-a para a língua ou até para a natureza. Bourdieu (1996) chama a atenção para o sujeito ou porta-voz, pois é este sujeito quem disfarça a performatividade da língua. A linguagem, portanto, não acontece sozinha, não aparece de forma isolada e independente da existência humana. Ao contrário, ela está ligada à produção feita pelo ser humano, ela surge a partir dele e os dois, linguagem e sujeito, agem no mundo. Mas dizer isso não tira a autoridade do sujeito e não faz com que a língua adquira autoridade e força por si só. A língua tem força, mas governada pelas circunstâncias de seu uso, que inclui tanto as convenções quanto os sujeitos.

Isso no ato de nomear se torna imprescindível já que a nomeação não é o simples ato de identificar coisas no mundo. A nomeação tem força, mas apenas terá força para nomear algum objeto ou pessoa se vier de alguém com a autoridade devida para isso. Quando se nomeia, a autoridade da palavra não é intrínseca à própria língua, como não é em nenhum outro uso da palavra, a força é designada pela pessoa ou instituição que a usa.

## 2. *Corpo abjeto*

### 2.1. Nome e gênero

“Como a linguagem constrói as categorias de sexo?” (BUTLER, 2003, p. 10). Butler afirma que essa construção acontece através da circulação de fábulas de gênero criadas pelas estruturas jurídicas que legitimam as pessoas perante a sociedade, instituindo um contrato social no qual os sujeitos consentem livremente e, em sua maioria, ingenuamente em serem governados e manipulados por essa estrutura de poder e interesse. A circulação de fábulas de gênero cria a noção errada de que gênero é algo natural por causa do discurso elaborado por elas, fundado em uma ontologia fundante do ser, especialmente através da nomeação, como se já existisse algo pré-estabelecido antes mesmo do sujeito. Essa circulação não é desinteressada, é baseada nas relações de poder existentes na sociedade.

Somos rigidizados pela matriz heterossexual<sup>1</sup>, que é binária e oposicional. De acordo com essa matriz, “homem” e “mulher” aparecem justamente nessa ordem hierárquica, primeiro homem e depois mulher. Ela supõe que esses dois nomes sejam distintos e que um seja exatamente o extremo do outro, sugerindo que um refira sempre diretamente ao outro. O gênero é articulado ao sexo de cada sujeito, ou seja, desde que se nasce já se determina o gênero e a vida é marcada.

---

<sup>1</sup> O termo é usado por Butler para designar a grade de inteligibilidade cultural na qual os corpos, o gênero e os desejos são naturalizados. Serve para caracterizar o modelo discursivo/epistemológico que é hegemônico e que estabelece a necessidade de um sexo estável expresso por um gênero também estável. Aqui, o termo tem o mesmo sentido.

A classificação de gênero é organizada a partir do corpo. O corpo é o lugar de estilizações, sendo, antes de tudo, uma entidade política, pois o gênero é instituído pelas estruturas que constituem o poder e relacional porque se constitui sempre entre um eu e outro, e, por isso, é interseccionado por raça, nacionalidade, classe etc., entre outros marcadores identitários. Presumir uma identidade definida para as categorias de gênero, tanto “mulher” como “homem”, significa dizer que existe uma identidade fixa que é inata à cada pessoa.

A noção de sujeito para a política é primordial, uma vez que é através dessa noção que se pode governar e manipular alguém. A existência da categoria de gênero é justamente para inserir os sujeitos dentro de uma, e apenas uma, das duas do par binário “homem”/“mulher” e barrar a diversidade. Estando dentro de uma dessas categorias, é pressuposto que o sujeito deve agir em concordância com a norma exigida pela categoria e que tenha determinadas características de comportamento e desejo. O gênero estabelece limites a serem seguidos por cada pessoa. Esses limites devem guiar o sujeito e fixar fronteiras entre “homens” e “mulheres”, o que significa ser homem e o que significa ser mulher dentro da nossa sociedade.

Homem e mulher, esses são os dois nomes aceitos pela ordem de gênero criada pela Lei, são as duas únicas formas possíveis de articulação da existência dos corpos dentro da sociedade. São correspondentes ao sexo “macho” e “fêmea” que designam o desejo e atração pelo corpo oposto ao seu sexo. Sexo, gênero e sexualidade aparecem em sequência como consequência um do outro. Uma trajetória bem marcada e delimitada pela norma de posições que os corpos deverão assumir no decorrer de suas vidas. Se um corpo foge a essa delimitação, ele torna-se ilegítimo e é excluído ou marginalizado.

## **2.2. Política e performatividade**

As marcações de gênero são categorias identitárias que localizam os corpos e os marca de acordo com uma das duas categorias de gênero possíveis. A necessidade dessa fixação dos corpos em um dos gêneros serve para identificar e organizar os corpos tornando-os legíveis, o que facilita a governabilidade dos mesmos, uma forma de controle. Para criar essas categorias, um modelo é posto como o re-

presentante, é o que Butler (2003, p. 205) chama no início de categorias fundantes, para depois nomeá-las de “fantasísticas”.

Fundantes porque seriam elas que proporcionam as bases de formação de uma categoria identitária, e pretendem ser fixas e mostrar às pessoas que o gênero é algo imutável. Porém, por não darem conta de todos os corpos e principalmente dos deslocamentos que eles fazem entre uma categoria e outra, por exemplo, a paródia de corpos tidos como masculinos, mas que se travestem em femininos, os casos de hermafroditismo e vários outros corpos híbridos que burlam o sistema binário oposicional, eles rompem com essas representações ditas fundantes. Por isso, as categorias fundantes para Butler (2003) passam a ser chamadas de “fantasísticas”, ou seja, não passam de uma invenção que não corresponde aos corpos, à realidade.

Invenção que significa construção, e, portanto, o sujeito surge através do processo, ele se forma durante o processo de constituição de uma identidade. Gênero é um ato, um comportamento que é trabalhado. Não existe um gênero antes do ato ou por trás das atitudes e dos comportamentos. O sujeito se constitui durante as próprias ações comportamentais. Ou seja, o comportamento não é consequência de um gênero ou sexo; gênero e comportamento acontecem simultaneamente e são interdependentes. Acreditar nisso é ver a possibilidade de mudar a identidade ou misturar as identidades de gênero, além de revelar o caráter performativo, no sentido austiniano, das identidades de gênero.

### **2.3. Subversão através do corpo**

Admitindo que a identidade é mutável e construída socialmente a partir do contato com outras identidades, e que, além disso, desde que nascemos nos encontramos condicionados por uma norma imputada a nós e esperada que sigamos pelos outros, podemos perceber a falácia das identidades de gênero. Porém, fugir a essa norma nos caracteriza como sujeitos ininteligíveis e deslegitimados, causando exclusão e marginalização de nossos corpos.

E é justamente isso o que acontece muitas vezes, corpos que fogem à regra estabelecida, significando que existe um espaço enorme entre um gênero e outro, que um não refere diretamente o outro

podendo haver vários outros estilos comportamentais. E mais, com o aparecimento desses corpos “desviantes”, torna-se uma ilusão a ideia de que gênero e sexo significam a mesma coisa, estão juntos e que existe o “antes” do sujeito.

Comportamentos não são determinados por uma constituição anatômica, e sim por uma construção social. Portanto, gênero é produzido, baseado em uma matriz, a heterossexual, para melhor governabilidade, e mantido por estruturas jurídicas e outras estratégias como a linguagem. A atuação do gênero dentro da sociedade é criar e manter hierarquias, facilitando o controle dos sujeitos. “Homem” como universal e abstrato e a “mulher” é o Outro, concreto e individual. E eles se relacionam assim como a mente e o corpo, estando um acima do outro. O homem como a mente e a mulher como o corpo. Mente e corpo operam valores diferentes, assim como homem e mulher.

Butler (2003) sugere uma política de coalizão que rompa com a ideia de univocidade, possibilitando a movimentação das identidades dentro da sociedade. É uma abordagem antifundacionista que tenta e quer articular uma noção de identidade mutável e múltipla.

#### **2.4. Materializando corpos**

O gênero estabiliza o corpo dando a ele a humanidade. Estranho pensar em um corpo desumanizado, porém é assim que acontece com a intenção de significação dos mesmos dentro da sociedade. A abjeção é o desumano, o que não possui as imagens corporais significantes em: “menino ou menina?”. É através dessas imagens corporais que o corpo se torna humano. E o não humano se encontra sem identificação dentro da sociedade e sem lugar. Ele passa a não significar nada e, portanto, a não existir dentro do sistema, mesmo que ele esteja ao nosso lado. São corpos que não constituem matéria e peso.

A abjeção não é marcada e não possui uma posição dentro da sociedade, nem como excluída. É um corpo não articulado, “seu ‘lugar não foi marcado [...] neste mundo que me evitou’. E ela/ele articula o sentido inicial de abjeção” (BUTLER, 2003, p. 153). Para não ser marcada, a abjeção não deve ser proferida, descrita, nomeada, pois, uma vez feito isso, ela ganha peso e se constitui como matéria

dentro da sociedade, deixando de ser abjeção. E esse é um grande problema pois corremos o risco de atribuir-lhe sentido a partir do nosso sistema de nomeação e predicação.

A abjeção existe e percebemos sua existência que incomoda e torna a lei confusa. Mas ela não é nem o certo e nem o errado, nem o dentro e nem o fora, nem o incluso e nem o exclusivo, pois para todas essas categorias pressupõe-se que ajam corpos que devem ser evitados e que geralmente são o oposto dos tidos como modelos de existência, lugares marcados. É uma operação própria e típica da lei, ela é binária e, portanto, funciona por oposição, assim todas as suas manobras agem no sentido de confirmar a oposição e o binarismo do mundo. De modo que até o que é certo é diretamente oposto ao errado e os dois formam “par” e se afirmam mutuamente.

Então, os corpos são abjetos porque não estão dentro da ontologia, e a ontologia é conhecida e criada a partir do nosso sistema epistemológico de conhecimento. Um sistema em que prevalece a maneira de conhecimento do “eu” em detrimento do conhecimento do Outro. Ou seja, a distribuição ontológica é guiada por relações de poder e interesse. O campo do “eu” não é neutro e dentro desse sistema de conhecimento é ele quem possui o poder para dizer o que é real ou não, o que existe ou não, portanto, o que se materializa ou não. E mesmo fora desse campo do que existe, ou sendo excluído do que é real, os Outros corpos também possuem um conhecimento e um sistema, mesmo que diferentes do “eu”. Assim também os corpos excluídos desse “eu” e Outro, ou seja, a realidade excluída não deixa de existir apenas porque deixou de ser classificada ontologicamente pela epistemologia.

A materialidade acontece através dos discursos, e vale e muito perguntar quais os discursos que podem circular ou que podem ser falados. A materialidade dos corpos está envolvida nesses discursos que produzem ontologia, através de formas e normas comportamentais e de conduta, normas normativas e políticas, mas também através dos atos de nomeação que integram tais discursos. É o discurso da autoridade, e só tem autoridade quem possui poder. Poder primeiro para dizer e depois para ser ouvido e obedecido. É importante lembrar que todo discurso é uma reificação de valores e uma reiteração de sentidos dispostos da forma que se quer destacar e dada a ên-

fase que se quer dar em determinados pontos. Então, alguns fatos são esquecidos enquanto outros são frisados. “E o performativo pode ser uma das formas pelas quais o discurso operacionaliza o poder.” (BUTLER, MEIJER & PRINS, 1999, p. 161).

Os corpos abjetos são contraditórios, e essa é a condição proposital dos mesmos para que essa contradição invoque uma existência impossível e a imponha. A abjeção significa ambivalência, ambivalência de pertencer a algum sexo, a alguma categoria. Talvez a não marcação da abjeção se dê justamente por causa dessa ambivalência que é a impossibilidade de fixação do corpo a uma só categoria. Talvez existam outras categorias que não fazem sentido para nós por não se encontrarem dentro da nossa norma.

Creio que a nomeação normatiza os corpos tornando-os fixos dentro de uma categoria porque a construção dos corpos e suas posições dentro da sociedade se dão por meio dos discursos criados à sua volta. E o ato de nomear traz consigo delimitações, que significam limites correspondentes aos nomes. Segundo Butler (BUTLER, MEIJER & PRINS, 1999), o abjeto fica fora do que é nomeado, designado, classificado. Não é o impróprio ou errado, é o que está fora de cogitação.

“E quais são tão inomináveis e inclassificáveis que se tornam impróprios à impropriedade, ficando fora do impróprio?” (BUTLER, MEIJER & PRINS, 1999, p. 166). Corpos abjetos são corpos que não possuem vida, mas não porque estão mortos, e sim porque vivem “nas regiões sombrias da ontologia” (BUTLER, MEIJER & PRINS, 1999, p. 157).

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. 2. ed. Oxford: Oxford University, 1976.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Estudos Feministas*. Florianópolis, n. 26, 2006, p. 329-376.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: EDUSP, 1996.

BUTLER, Judith; MEIJER, Irene Costeira; PRINS, Baukje. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 7, n. 1-2, 1999, p. 155-167.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PLATÃO. *Diálogos. Teeteto Crátilo*. 3. ed. Belém: UFPA, 2001.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 73-102.